



Internações compulsórias e involuntárias devido ao abuso de álcool e outras drogas um estudo sobre adesão ao tratamento.

Caroline do Val Marques
Universidade La Salle

José Carlos de Carvalho Leite (Orientador)

Tipo do trabalho

Comunicação oral

Tema

Ciências Médicas e da Saúde

Palavras-chave

CAPS; Internação compulsória; dependência química; SUS.

RESUMO

Introdução: O relatório emitido pela Organização das Nações Unidas em 2018 traz dados cada vez mais alarmantes. Estima-se que em 2016 cerca de 275 milhões de pessoas no mundo tenham usado alguma droga pelo menos uma vez na vida, ou seja, cerca de 5,6% da população mundial entre 15 e 64 anos (ONU, 2018). Tal situação é considerada um problema de saúde pública e com isto medidas de prevenção, promoção e intervenção são adotadas. **Revisão bibliográfica:** Em 2001 foi instituída a lei federal referente a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redimensionamento da assistência em saúde mental (Lei 10.216/2001). Esta legislação é um marco na luta anti-manicomial, pois dentre muitos outros elementos preconiza o tratamento terapêutico, digno e respeitoso. Esta lei em seu Art. 4º faz referencia as internações compulsórias e involuntárias. A internação compulsória é um procedimento jurídico, cautelar ou de mérito, na qual deve ser observado o direito fundamental da dignidade da pessoa humana e o direito à liberdade (Aronne, 2018). A internação compulsória é determinada por um juiz de direito que deve levar em conta os riscos que o sujeito representa para sua saúde e para a sociedade (Silva, Neto, Maria, & Boechat, 2016). Os CAPS são equipamentos da rede pública de saúde, instituídos pela Portaria nº336/2002, que visam um cuidado terapêutico. Neste dispositivo o cuidado ao usuário deixa de ser médico-centrado e toma a forma de clinica ampliada. O tratamento fornecido ao doente mental é dado de duas formas: oferecer uma rede de cuidados que auxilie o usuário a viver em sociedade e construir uma nova atitude da sociedade em relação ao usuário (Capistrano Filho, op. cit.). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo verificar a adesão dos sujeitos após internação compulsória ou involuntária, ao tratamento terapêutico nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras



Drogas no município de Canoas. Bem como traçar o perfil epidemiológico das ordens judiciais a respeito desta temática. Objetivase também compreender o entendimento das equipes dos CAPSs sobre os procedimentos referentes às internações compulsórias e involuntárias. Metodologia: Este trabalho irá adotar como metodologia um delineamento misto, com corte transversal e base epidemiológica. Considerações finais: As várias modalidades de tratamento destinadas ao usuário de substâncias múltiplas devem ser explicitadas para que assim condutas coerentes sejam adotadas. Este estudo será de grande importância para a sociedade civil, tendo em vista o desconhecimento acerca do sofrimento psíquico derivado do abuso de álcool e outras drogas e dos tratamentos que podem ser desenvolvidos.